

LEI Nº 4.049, DE 26 DE JULHO DE 2017.

“Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Balneário Camboriú, para o quadriênio 2018-2021.”

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual de Balneário Camboriú, para o quadriênio 2018-2021 (PPA 2018-2021), em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, e o art. 14 da Lei Orgânica do Município – Lei Municipal nº 933/1990.

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual para o período compreendido entre os exercícios de 2018 a 2021, as seguintes diretrizes:

- I** – Anexo I – Despesas por Programa e Ação – PPA 2018-2021;
- II** – Anexo II – Valores Previstos na Receita – PPA 2018-2021;
- III** – Anexos Complementares, contendo:
 - a)** Relação de Programas;
 - b)** Relação de Ações;
 - c)** Relação de Fontes de Recursos;
 - d)** Receitas e Despesas Previstas no PPA por Fonte de Recursos;
 - e)** Despesa PPA – Por Órgão e Classificação Funcional Programática; e
 - f)** Despesa PPA – Por Natureza de Despesa Consolidado.

Art. 2º O Plano Plurianual demonstra os objetivos e as metas da administração pública, incluindo as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Art. 3º O PPA 2018-2021, organiza a atuação governamental em programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 4º Os programas e as ações do PPA 2018-2021, serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis contendo alterações inerentes a essas ações orçamentárias.

Art. 5º Os relatórios que compõem o Plano Plurianual, representado pelos Anexos desta Lei, serão estruturados em programas, objetivos, justificativas, diretrizes, ações, produtos, unidades de medida, meta física e financeira e fontes de recurso.

§ 1º O relatório que demonstra a previsão das receitas orçamentárias para o PPA 2018-2021, representa uma estimativa de recursos necessários à consecução dos objetivos propostos nos programas de governo.

§ 2º Para fins desta lei, considera-se:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Objetivo: os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III – Justificativa: a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e mensuração dos problemas e necessidades;

IV – Diretriz: conjunto de critérios de ação de decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

V – Ação: o conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), com vistas à execução de um programa;

VI – Produto: os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Meta física: os objetos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

VIII – Meta financeira: valores monetários estimados para os programas e ações; e

IX – Fonte de recurso: fontes de recursos utilizadas para financiar as ações pretendidas em cada programa, segundo tabela do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novas ações, serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão anual ou projeto de lei específica de alteração desta Lei.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas físicas e fontes de recursos das ações para compatibilizá-las com as modificações efetivadas através da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício, serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 26 de julho de 2.017.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal